



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-17/RO/Nº 051, de 05 de setembro de 2003, que dispõe sobre o RECONHECIMENTO da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto-Código SIPRA Nº RO0155000, publicado no Diário Oficial da União nº 177, seção 1, Página 68, de 12 de setembro de 2003, Boletim de Serviço do INCRA/Nº 37, de 15 de setembro de 2003, localizado no Município de Guajará- Mirim, com área de 204.583,0000 ha (duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e três hectares), onde se lê; capacidade de assentamento 109 (cento e nove) famílias, Leia-se: capacidade de assentamento, 178 (cento e setenta e oito) famílias, conforme Ofício nº 751/GAB/IBAMA/RO de 18 de setembro de 2006 da Gerência Executiva do IBAMA/RO.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 21, DE 9 DE OUTUBRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 29, inciso VI, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000, CONSIDERANDO a resolução/BACEN/nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários da Reforma Agrária;

CONSIDERANDO a Norma de Execução/INCRA/SD/nº 46/05, que dispõe sobre a concessão de Crédito de Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Estado do Piauí, já criado através de PORTARIA 050/06, de 08.08.2006; e

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes à matéria, resolve:

Art 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado PA BARRO PRETO código SIPRA PI0413000 Criado pelo Estado do Piauí, com área de 953,000ha (Novecentos e cinquenta e três hectares), situado no Município de Barras, que prevê a criação de 45(quarenta e cinco) unidades familiares;

Art 2º Determinar que tal aprovação permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia;

MARIA TERESA DA SILVA SÉRVIO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-24/Nº 13, de 29.04.2006, publicada no DOU 87 de 09.05.2006, Seção - I, pág.88, que criou o projeto PA SOBRA-DINHO, com o Código PI0410000, localizado no município de COIVARAS, onde se lê, a criação de 104(cento e quatro) unidades agrícolas familiares, leia-se a criação de 113 (cento e treze) unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-24/Nº 38, de 25.08.2005, publicada no DOU 179 de 16.09.2005, Seção - I, pág.81, que criou o projeto PA SANTANA NOSSA ESPERANÇA, com o Código PI0360000, localizado no município de TERESINA, onde se lê, a criação de 155(cento e cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares, leia-se a criação de 215(duzentos e quinze) unidades agrícolas familiares.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

01) Na Pauta da 141ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada na seção I do DOU de 11/10/2006, INCLUIR:

I - Na Câmara de Julgamento nº 01, os seguintes itens:

"123) Processo nº 71010.001701/2004-27 - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E PAIS DE PESSOAS ESPECIAIS-AAPPE - Macaé - AL - CNPJ: 24.479.149/0001-63"

"124) Processo nº 71010.001513/2006-61 - CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA - Fortaleza - CE - CNPJ: 07.355.100/0001-80"

II - Na Câmara de Julgamento nº 02, os seguintes itens:

"124) Processo nº 71010.000310/2005-76 - FUNDAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DO NORDESTE - CECOSNE - Recife - PE - CNPJ: 10.569.648/0001-37"

"125) Processo nº 71010.002014/2004-29 - CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA SÃO BENEDITO - CEPHUSB - Apucarana - PR - CNPJ: 77.257.285/0001-75"

"126) Processo nº 71010.002549/2005-81 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TOCANTINS - Tocantins - MG - CNPJ: 04.882.407/0001-40"

"127) Processo nº 71010.000860/2005-95 - ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO - RECANTO DO SOSSEGO - Braço do Trombudo - SC - CNPJ: 83.781.807/0001-36"

02) Na Pauta da 141ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada na seção I do DOU de 11/10/2006, Onde se lê:

"02) Processo nº 71010.003187/2003-83 - Fundação Percival Farquar - Governador Valadares-MG - CNPJ: 20.611.810/0001-91"

Leia-se:
"02) Processo nº 44006.005510/1997-77, 44006.001433/2001-97 e 71010.003187/2003-83 - Fundação Percival Farquar - Governador Valadares-MG - CNPJ: 20.611.810/0001-91"

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO
CONSELHO NACIONAL DO ESPORTEATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2006

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e seis, na Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro do Esporte, iniciou-se a décima terceira reunião do Conselho Nacional do Esporte CNE, sob a condução do Senhor Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Rafael de Aguiar Barbosa, e com a presença dos conselheiros: Orlando Silva Júnior Ministro de Estado do Esporte; João Ghizoni - Secretário Nacional de Esporte Educacional; André Almeida Cunha Arantes - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Carlos Arthur Nuzman - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; Vital Severino Neto - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; Ednilton Vasconcelos - Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; Júlio Filgueira - Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer; Arialdo Boscolo - Representante dos Clubes Sociais; Humberto Aparecido Panzetti - Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto; Carlos Miguel Aida - Representante do Desporto Nacional; Bernard Rajzman - Representante do Desporto Nacional; José de Assis Aragão - Representante do Desporto Nacional; Rinaldo José Martorelli - Representante do Desporto Nacional; Jorge Steinhilber - Presidente do Conselho Federal de Educação Física; José Carlos Bruno - Representante do Desporto Nacional; Eduardo Henrique De Rose - Representante do Desporto Nacional e José Paulo Chaves Lino - Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Justificaram ausência os conselheiros: Rejane Penna Rodrigues - Secretária Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer; Lars Schmidt Graef - Presidente da Comissão Nacional de Atletas; Fernando José Macieira Sarney - Representante da Confederação Brasileira de Futebol; Fernando Mascarenhas - Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Participaram da reunião: Ana Carla Marques Tiago Correia - Assessora do Comitê Paraolímpico Brasileiro; Cássia Damiani - Assessora Especial do Ministro; Maristela Medeiros das Neves Gonçalves - Assessora Especial do Ministro; Milton Angelo Pereira de Oliveira - membro da Comissão Desportiva Militar do Brasil; Paulo Roberto Velloso Ventura - Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Ricardo Leyser Gonçalves - Secretário-Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais dos XV Jogos Pan-Americanos/2007. O Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Rafael Barbosa, iniciou a décima terceira reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte CNE, às dez horas e quarenta minutos. Agradeceu a presença de todos e justificou o atraso do Ministro de Estado do Esporte em face de seu comparecimento em outra reunião. Aproveitou a oportunidade para informar que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou no mês de setembro dois importantes atos para o esporte brasileiro. A saber: a Lei que estabelece o dia primeiro de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física e a Lei da Timemania. Apresentou a pauta proposta e solicitou que fosse alterada a ordem dos assuntos, para permitir que o Ministro estivesse presente na abordagem referente à 2ª Conferência Nacional do Esporte, no que os presentes concordaram. Assim sendo, apresentou a Resolução de número quatorze, de nove de agosto de dois mil e seis, aprovada ad referendum do Conselho, para apreciação e deliberação. Informou tratar-se da relação dos atletas não olímpicos e não paraolímpicos que, pela Lei da Bolsa-Atleta necessitam de aprovação deste CNE. Todos concordaram. Informou Barbosa que na pasta dos Conselheiros havia cópia da Relação Final de Atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta do ano de dois mil e seis, e cópia da Portaria número cento e cinquenta e seis, de vinte e três de dezembro de dois mil e cinco, que estabeleceu os critérios para a Bolsa-Atleta neste exercício. Passou a palavra ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, André Arantes, que apresentou detalhadamente o programa Bolsa-Atleta, salientando quadro comparativo do programa nos anos de dois mil e cinco e dois mil e seis. Com a chegada do Ministro de Estado, Orlando Silva, lhe foi passada a condução dos trabalhos. O Ministro agradeceu a presença de todos, desculpou-se pelo atraso e, em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo do Comitê Gestor das Ações Governamentais para os XV Jogos Pan-Americanos/2007, Ricardo Leyser, que fez uma breve apresentação sobre o andamento da organização dos Jogos. Leyser focou sua apresentação, principalmente, na informação sobre o andamento das obras das instalações esportivas que serão utilizadas durante os Jogos. O atleta Bernard Rajzman informou sobre as instalações esportivas que estão a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, agradeceu o trabalho que

vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Esporte em apoio à realização dos Jogos Pan-Americanos/2007. Aproveitou a oportunidade para sugerir que a próxima reunião do Conselho fosse realizada no Rio de Janeiro, de forma a permitir a visita dos Conselheiros às obras das instalações esportivas e um maior detalhamento de todas as ações que estão sendo desenvolvidas para a realização dos Jogos. O Secretário-Executivo do ME, Rafael Barbosa, propôs a votação sobre esta decisão. Todos aceitaram. O Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro CPB, Vital Severino, informou que nos dias vinte e oito e vinte e nove do mês de agosto passado, o Diretor-Executivo e o Diretor de Esportes do Comitê Paraolímpico Internacional, Xavier Gonzalez e David Grevemberg, respectivamente, estiveram em visita de vistoria às obras dos Jogos e, em consequência do que testemunharam, elegeram os Jogos Parapan-Americanos/2007 o evento do ano para aquele Comitê. O modelo do esporte paraolímpico vai mudar em função dos Jogos de dois mil e sete, declarou Vital. Nuzman confirmou dizendo que o Brasil está dando uma contribuição inestimável ao movimento paraolímpico. Desculpou-se, ainda, com os demais presentes, pois em função de compromissos urgentes relacionados com a realização dos Jogos Pan-Americanos/2007, viu-se obrigado a antecipar sua viagem para as doze horas, motivo pelo qual se despediu neste momento. Solicitou o Ministro Orlando Silva que o Secretário-Executivo desse prosseguimento à pauta, uma vez que havia iniciado os trabalhos desta reunião. Assim sendo, Barbosa passou para o próximo item da pauta, referente ao doping. O Secretário-Executivo deu o próprio testemunho de ter participado da última reunião da Comissão de Combate ao Doping CCDP, e da sua convicção quanto à necessidade de desburocratização nas ações de importação e exportação de substâncias padrão e material para exame. Em seguida, pediu que o Presidente da Comissão, Eduardo Henrique De Rose, fizesse sua explanação sobre o assunto. De Rose fez um breve relato dos problemas que estão sendo enfrentados e lembrou que a Agência Mundial Antidoping AMA está na fase de renovação do credenciamento do LADETEC. Salientou a importância do governo brasileiro viabilizar a plenitude dos trabalhos daquele laboratório, principalmente pela proximidade dos Jogos Pan-Americanos. Informou ao Ministro Orlando que as entidades nacionais dirigentes do desporto solicitaram que no próximo ano, quando o Ministério destinar recursos para os testes executados pela CCDP, inclua os gastos com os profissionais que farão o controle e com os kits, tendo em vista a sobrecarga no escasso orçamento das Confederações quanto ao custo destes itens. De imediato, o Secretário André Arantes assumiu o compromisso de incrementar o orçamento para cobrir tais gastos. Rafael Barbosa informou que o Ministério do Esporte, levado pela última reunião do CNE, encomendou uma pesquisa comparativa da Justiça Desportiva Brasileira com a de outros onze países e proposta de atualização da mesma. O Senhor Ministro acrescentou que este assunto foi amplamente debatido na última reunião, quando o Conselheiro Rinaldo Martorelli lançou um apelo para revisão do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Agora, a solução proposta visa responder com o compromisso assumido, de estudar a questão com mais profundidade. Declarou Silva, a certeza de que esta ação será mais um importante legado que sua gestão deixará para o próximo governo: vamos dar condições estruturantes para o desenvolvimento do esporte brasileiro. Aproveitou o Ministro para informar que recebeu na última reunião do CNE, a reivindicação de revisão da composição da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos CEJD e que, analisando a questão, o Ministério observou ser a única comissão em que nenhum dos membros do Conselho têm assento. Nesse sentido, indicou que numa nova composição o Conselheiro Carlos Miguel Aida, como ícone da advocacia nacional, deveria participar desses trabalhos e, especialmente, como grande jurista esportivo. Aida agradeceu. O Secretário Rafael Barbosa solicitou o apoio de todos os Conselheiros no sentido de, após as eleições, ajudarem na aprovação do Projeto de Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte, que ora tramita no Congresso Nacional. Informou o Ministro do Esporte que o atleta Lars Graef, Presidente da Comissão Nacional de Atletas CNA, encontra-se em viagem aos Estados Unidos da América para competir, mas comprometeu-se em mobilizar aquela comissão para buscar o apoio dos parlamentares na aprovação da lei, ainda em dois mil e seis. Bernard Rajzman elogiou a iniciativa e lembrou que só o futebol brasileiro arrecadou quinze milhões de reais de impostos no ano passado para o Governo, segundo recente matéria publicada no Jornal O Globo. Não somos pedintes, somos grandes arrecadadores, enfatizou Bernard. Propôs, ainda, que o Ministério contrate um estudo sobre os valores arrecadados pelo esporte em todos os níveis: federal, estadual e municipal, ressaltando que tal estudo serviria de base para as negociações da aprovação da lei de incentivo. Carlos Miguel Aida lembrou que no ano de dois mil e cinco, o Grande Prêmio de Fórmula Um quase não foi realizado por vários motivos de ordem administrativa e, em função de estudo formulado pela Fundação Getúlio Vargas sobre a arrecadação propiciada unicamente por aquele evento, a Prefeitura da Cidade de São Paulo voltou atrás na decisão de cancelar o GP. Júlio Filgueira, Presidente da Associação dos Gestores Municipais de Esporte e Lazer - ASMEL, lembrou que quando trabalhava na Prefeitura da Cidade de São Paulo, no ano de dois mil e três, já haviam elaborado estudo comprovando que só o GP de Fórmula Um de São Paulo gerava quatorze mil empregos/ano para aquela cidade. Aida se disponibilizou a procurar a Fundação Getúlio Vargas em busca da pesquisa realizada no ano de dois mil e cinco. Esgotado o assunto, o Conselho avançou na pauta. O Secretário-Executivo propôs uma minuta de Resolução alterando a composição da Comissão de Esporte de Aventura CEAV, e adequando-a, dando assim oportunidade de uma maior representação do segmento. Todos concordaram. Passou então a palavra para a Assessora Especial Cássia Damiani, que fez um relato dos resultados da Segunda Conferência Nacional do Esporte, ocorrida no primeiro semestre deste ano. Informou a Professora Cássia, que todos os estados realizaram as etapas estaduais da Conferência, e dois mil e duzentos municípios, as etapas municipais. Ressaltou ainda que neste ano a média de participação das mulheres nas etapas da Conferência atingiu o percentual de trinta por cento entre os participantes. Finalizou sua participação tra-

zendo ao Conselho a proposta de criação de uma comissão, no âmbito deste CNE, com o objetivo de acompanhar a implementação das resoluções da Conferência Nacional. Todos concordaram. Júlio Filgueira apresentou as moções resultantes da Conferência, para deliberação do CNE, propondo sua aprovação em bloco, vez que já haviam sido encaminhadas, com antecedência, a todos os Conselheiros. Informou que a comissão organizadora, que havia se reunido no dia anterior, fez algumas ressalvas ao texto das moções, propondo a aprovação de algumas moções em sua totalidade, e outras em parte ou com ressalvas. O Ministro recomendou que, como o teor das moções foi encaminhado anteriormente a todos os conselheiros, e devido à urgência do prazo, todos acatassem as sugestões da comissão organizadora. Após correção sugerida pelo De Rose na moção oito, todos concordaram. Humberto Panzetti, Presidente da Organização das Entidades Nacionais do Desporto ONED, observou que o Relatório Final, no eixo quatro, item doze, referente ao Financiamento, não especificava os detalhes propostos para alteração da Lei Agnelo/Piva. Filgueira esclareceu que o

documento é o resultado das etapas estaduais e não poderia ser alterado neste fórum. Rinaldo Martorelli questionou o Ministro sobre a confirmação da extinção da CEJD. O Ministro afirmou que certamente a composição será revista, como informado no início da reunião. Solicitou ainda Martorelli que o resultado dos trabalhos sobre a Justiça Desportiva sejam encaminhados aos Conselheiros. O Ministro concordou. Martorelli propôs a deliberação de uma ação contra uma entidade nacional dirigente de taekwondo, em função de ter recebido a reclamação de um atleta que se achou prejudicado por não ter sido convocado para uma determinada competição. O Ministro considerou que os dados são insuficientes para a deliberação, lembrando que, para tal, deve ainda ser ouvido o contraditório da Entidade. Ademais, este assunto ainda precisa ser apreciado à luz da legislação vigente. Rinaldo Martorelli, por fim, manifestou seu descontentamento pela não inclusão das dívidas trabalhistas no projeto de lei da Timemania, recentemente aprovado pelo Presidente da República. O Ministro disse ao Conselheiro que ficasse à vontade, e encaminhasse formalmente suas rei-

vindicações para maiores estudos. O representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil Capitão José Paulo Chaves Lino, informou tratar-se de sua última participação no Conselho, e que seria substituído pelo Coronel Milton Ângelo Pereira de Oliveira. O Ministro agradeceu a importante contribuição de seu trabalho ao longo desses anos. Aivaldo Boscolo, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes CBC agradeceu o empenho de Lars Grael, de Milton Ângelo, do ex-Ministro Agnelo Queiroz e do Ministro Orlando Silva para aprovação da Timemania. Por fim, declarou que desde vinte um de novembro de dois mil e quatro, a Confederação Brasileira de Hóquei no Gelo, a qual também preside, vem buscando apoio do CNE para intervir no processo de filiação da entidade junto ao Comitê Olímpico Brasileiro COB. O Ministro pediu que fosse estudada a reivindicação do dirigente e formulada uma resposta conclusiva sobre o assunto, e solicitou que o Conselheiro Aidar tivesse a oportunidade de apreciar o processo. Aidar concordou. Agradecendo a presença de todos, o Secretário-Executivo deu por encerrada a reunião às treze horas e dez minutos.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 594, DE 13 DE OUTUBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da avaliação institucional, por unidade administrativa, do período de março a agosto de 2006, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. A média da avaliação é de 99,44 pontos.

Art. 2º Para efeito da aplicação de cálculo da parcela institucional referente à Gratificação de Desempenho de Atividades do Ciclo de Gestão - GCG, observada a unidade de exercício, consideram-se os seguintes pontos:

- I - Secretaria de Orçamento Federal - SOF e órgãos setoriais - 99,72;
- II - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e órgãos setoriais - 99,72;
- III - Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN - 99,72;
- IV - Secretaria de Gestão - SEGES - 99,72;
- V - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI - 99,72;
- VI - Secretaria do Patrimônio da União - SPU - 94,12;
- VII - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST - 99,72;
- VIII - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - 99,72; e
- IX - Órgãos, entidades ou unidade administrativa do Governo Federal - 99,44.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 33, DE 13 DE OUTUBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 62, inciso III, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, e

Considerando a possibilidade de redução da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no exercício de 2006, mediante a utilização de superávit financeiro da União, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2005; e

Considerando a necessidade de ajustar fontes de recursos a fim de viabilizar a utilização das correspondentes dotações orçamentárias na abertura de créditos adicionais, visto que as atuais fontes de recursos são incompatíveis com as despesas que serão atendidas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, no âmbito de Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXOS

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I MODIFICACAO FONTES RECURSOS / IDENT. USO
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRESCIMO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRA- MATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	M O D	I O D	F U T E	V A L O R
------	-------------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	--------------

0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA 184.035.440

OPERACOES ESPECIAIS			E S F	G R D	M O D	I O D	F U T E	V A L O R
23 846	0412 0267	EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCÃO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001)						184.035.440

23 846	0412 0267 0001	EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCÃO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL						184.035.440
			F	3	1	90	0	30039.000.000
			F	3	1	90	0	360145.035.440

5005 DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOO- 24.397.000
LEIRO

OPERACOES ESPECIAIS			E S F	G R D	M O D	I O D	F U T E	V A L O R
20 846	5005 0314	EQUALIZACAO A ESTOCAGEM DE ALCOOL COMBUSTIVEL (LEI Nº 10.453, DE 2002)						24.397.000
20 846	5005 0314 0001	EQUALIZACAO A ESTOCAGEM DE ALCOOL COMBUSTIVEL (LEI Nº 10.453, DE 2002) - NACIONAL						24.397.000
			F	3	1	90	0	36024.397.000

TOTAL - FISCAL 208.432.440

TOTAL - SEGURIDA- 0
DE

TOTAL - GERAL 208.432.440

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II MODIFICACAO FONTES RECURSOS / IDENT. USO

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUCAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRA- MATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	M O D	I O D	F U T E	V A L O R
------	-------------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	--------------

0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPOR- 184.035.440
TADORA

OPERACOES ESPECIAIS			E S F	G R D	M O D	I O D	F U T E	V A L O R
23 846	0412 0267	EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCÃO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001)						184.035.440
23 846	0412 0267 0001	EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCÃO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL						184.035.440
			F	3	1	90	0	144184.035.440